

A

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM

Auto de Infração n.: 3266/2006

**POSTO BODÃO LTDA**, sociedade comercial inscrita no CNPJ sob o n.º 42.921.999/0001-51, com sede na Rua Diamantina, n.º 1.174, Centro, Município de Diamantina/MG, por seus procuradores in fine assinados, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar sua **DEFESA**, lastreando-se nas relevantes razões de fato e de direito adiante alinhavadas:

#### I. DOS FATOS

O posto revendedor acima mencionado fora autuado por agente ambiental, momento em que se lavrou auto de infração consubstanciando a infração descrita como, gravíssima, assim consignada:

“6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;” (Dec. 39.424, art. 19, § 3.º, inciso 6, alterado pelo Dec. 43.127/2002).

O ilustre fiscal motivou o auto de infração dizendo que o posto revendedor contaminou região próxima ao Km 603, da BR 367, causando contaminação do solo e nascentes do entorno do local do acidente rodoviário.

10

Determinou-se, em face da lavratura do auto de infração, a faculdade de o posto revendedor apresentar sua defesa, consoante dispõe o art. 25, do Decreto n. 39.424/98. É o que se realiza, então:

Em que pese o renomado conhecimento jurídico e técnico deste órgão, a infração imputada ao empreendimento deve ser julgada insubsistente, consoante demonstrado nas razões abaixo aduzidas. Comprove-se, pois:

## II - DA DEFESA

O empreendimento autuado é posto revendedor de combustível que sempre pautou pelo adimplemento da sua obrigação legal perante o meio ambiente, tanto é verdade que, no momento do acidente, ocorrido em 06 de março de 2006, **a empresa realizou todos os procedimentos necessários ao resguardo do meio ambiente.**

Frisando que o ocorrido deu-se em função de um acidente, resultante de caso fortuito e não de qualquer conduta culposa ou dolosa da empresa, que sempre pautou de forma séria, responsável e idônea. Tal acidente, conforme restará comprovado, nem mesmo acarretou degradação ambiental significativa.

**VEJA-SE QUE O RELATÓRIO DE VISTORIA NÃO  
INFORMA MORTANDADE DE QUALQUER ESPÉCIE VEGETAL OU ANIMAL  
NEM QUAIS CURSOS D'ÁGUA FORAM ATINGIDOS.**

Necessário relatar que fora adotada metodologia de contenção dos produtos, de forma que não houve impacto nos cursos d'água, conforme noticiado no relatório de atendimento emergencial, do qual trataremos mais adiante.

Importa mencionar que não houve o vazamento de 30.000 litros de combustível, pois o incêndio consumiu o maior volume de produto, haja vista o desprezível impacto ambiental constatado pela empresa técnica. Aliás, o próprio Boletim de Ocorrência, anexado, relatou a insignificância do impacto ambiental ao dizer a *“nascente d'água que aparentemente não sofreu muitos danos”*.

11

Veja-se, que no dia seguinte ao acidente houve o pronto atendimento no local do acidente, de forma que há de ser reconhecida, somente para fins de argumentação, a aplicação de atenuante prevista em lei. Observa-se, ainda, que foram adotadas as metodologias mais seguras e viáveis de minimização do impacto ao meio ambiente.

De mais a mais, a quantidade de combustível que fora recebida pelo curso d'água fora desprezível, incapaz de causar impacto ou gerar perigo de dano. A uma porque não se atestou nenhuma morte de vegetação ou de animais, principalmente peixes. Assim, a flora e fauna não foram degradadas.


A duas porque não há que se falar em degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.

A três, porque em Relatório de Atendimento Emergencial formulado pela empresa de planejamento ambiental HAZTEC somente detectou pequena quantidade irrisória do composto químico naftaleno, que está muito abaixo do limite de intervenção, não demandando qualquer situação de intervenção ambiental. Não é qualquer vazamento que é punível, apenas aquele que acarreta degradação considerável, pois somente assim existiria dano ambiental. Comprove-se, *litteris*:

“Portanto, se verificável um dano tolerável, de acordo com as condições do lugar, não fará surgir a responsabilidade e, por conseguinte, não haverá um dano ambiental reparável, conforme doutrina do direito de vizinhança, já analisada. Sanchez entende que a tolerabilidade exclui a ilicitude e não surge, portanto, a responsabilidade civil por dano ambiental”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Morato Leite, José Rubens. DANO AMBIENTAL. 2ª edição. Editora Revista dos Tribunais Ltda: São Paulo, SP.



**NÃO SE PODE PRETENDER PUNIR o empreendimento se não está constatado o dano concreto e significativo ao meio ambiente, ou o perigo de dano, seja ele decorrente de lançamento de efluentes em curso d'água, ou de contaminação de solo.**

**Ateste-se que o fiscal da FEAM em nenhum momento informou que existe concreto dano ambiental, apenas consta no auto a afirmativa de dano, sem nenhum outro estudo técnico.**

Com efeito, não há motivo jurídico que lastreie o auto de infração lavrado, uma vez que não há que se falar em dano se não existe a necessidade de reparação do solo e se não houve contaminação de cursos d'água. Comprove-se.

**II.1- DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO  
INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL**

Inicialmente cumpre reiterar o argumento de que não existe qualquer constatação de dano ambiental promovido pela empresa, tanto é verdade que o renomado fiscal da FEAM nenhuma referência realizou sobre degradação da flora (mata ciliar) e fauna (ecossistema presente no curso d'água).

Veja-se que a norma tipificada pelo funcionário que lavrou o auto de infração informa que existe dano ambiental no local do acidente, ou perigo de dano. Assim, **repita-se, não houve a comprovação de qualquer dano, pois este não existiu, bastando compulsar os documentos anexados.**

Veja-se que a FEAM não realizou qualquer perícia técnica que fundamentasse a lavratura do auto de infração ao posto revendedor pela conduta de causar poluição ou degradação ambiental. Ressaltando que somente pode haver imputação de qualquer sanção se houver comprovação real e certa da ocorrência de dano ambiental. Demonstre-se, pois:

13

“Lembre-se de que só é possível responsabilização civil provando-se a existência de um dano certo e efetivo, ou seja, a lesão não pode ser hipotética (...)”.<sup>2</sup>

**NÃO OBSTANTE ESTE DEVER LEGAL DE COMPROVAÇÃO DE DANO AMBIENTAL PARA IMPUTAÇÃO SANCIONATÓRIA, A FEAM, *PERMISSA VENIA*, AUTUOU O EMPREENDIMENTO PELA SIMPLES PRESUNÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, SEM AO MENOS VERIFICAR PREVIAMENTE O RELATÓRIO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL.**

O empreendimento não só procedeu imediatamente à reparação de um possível dano, recolhendo o produto residual e recorrendo a empresa de consultoria ambiental, para que esta realizasse laudo ambiental e medidas de mitigação do impacto, com vistas a preservar os cursos d'água subjacentes ao local do acidente.

Assim, qual o fundamento do auto de infração, se a FEAM nem mesmo verificou o impacto causado no meio ambiente?

Tal empresa contratada, a HAZTEC, comprovou, através de perícia técnica minuciosa que houve concentrações inferiores ao limite de detecção do aparelho medidor utilizado pelo laboratório para todos os compostos BTEX e PAH analisados, com exceção do composto naftaleno, que foi detectado, porém, abaixo do limite de intervenção da CETESB, ou seja, em nível tolerável, pois não é necessária a intervenção. Logo, não é punível.

Toda, mesmo que ínfima, contaminação foi contida e tratada, não havendo mais indícios de degradação ou qualquer impacto na Lagoa que abastece o Sítio Bandeirinha e as cercanias.

**Destarte, não se pode imputar que o acidente com combustível seja considerado dano ambiental ou possa representar perigo de dano, uma vez que, se**

---

<sup>2</sup> Morato Leite, José Rubens. DANO AMBIENTAL. 2ª edição. Editora Revista dos Tribunais Ltda.: São Paulo, SP.

deveria verificar o limite de tolerabilidade de forma a impedir a aplicação de qualquer sanção.

Foi o que o empreendimento fez, constatando que os efeitos do acidente estão abaixo do limite de tolerabilidade, o que não acarreta qualquer possibilidade de autuação, consoante o elucidativo ensinamento:

**“A aceitação do princípio do limite de tolerabilidade, no Direito Ambiental, significa, para o que aqui interessa, o reconhecimento de que nem todo atentado ou agressão ao meio ambiente e seus elementos causa necessariamente um prejuízo à qualidade ambiental. O próprio meio ambiente é capaz de suportar pressões adversas; ele pode defender-se até um certo ponto, um limite, além do qual ocorre a degradação.”**<sup>3</sup>

Ora, também os dados de coleta da água demonstram que não há motivo para a lavratura do auto de infração, pois não houve qualquer contaminação de cursos d’água. A Jurisprudência reconhece a aplicação de tal princípio como forma de exclusão da responsabilidade civil. Comprove-se, *verbis*:

“Ação Civil Pública – Objetivo – Proteção do Meio Ambiente – Canavial – Queimada para limpeza do solo – Dano Ambiental – Ausência de Comprovação Científica – Nexo de Causalidade não evidenciado – Ação Improcedente – Recurso Provido. (JTJ 251/21, Rel. Ricardo Lewandowski)”

**Não se pode olvidar que as SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NÃO APRESENTAM A PRECÍPUA NATUREZA DE PUNIR, MAS SIM DE REPRIMIR A CONDUTA** tida como ilícita, administrativamente considerada. A finalidade precípua da sanção não é impor castigos, mas sim, num primeiro e mais elevado plano, a de garantir a eficácia das normas de conduta previamente reguladas. Comprove-se, *verbis*:

“A previsão de sanção existe para atemorizar os eventuais infratores (caráter repressivo), fazendo com que os indivíduos ajustem seus

---

<sup>3</sup> MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. 1ª edição, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, pág. 100.

19

comportamentos aos padrões admitidos em Direito. Tem por fim específico desestimular a prática de condutas proibidas pela ordem normativa, por meio de *desagradáveis efeitos*. Logo, não comungamos do entendimento, segundo o qual as sanções têm por fim punir os infratores, pois o castigo, como explica Daniel Ferreira, *não é o objetivo colimado pela sanção, mas sim um efeito da sua imposição*<sup>4</sup>.

Em nota técnica n.º 021/2002 da FEAM, de lavra do renomado jurista Joaquim Martins da Silva Filho, ficou assentado que a multa tem dois pressupostos de aplicação o educativo e o indenizatório.

**"A questão que se coloca quanto à aplicação da penalidade levando-se em conta o fator da proporcionalidade, no caso do dano ambiental, não pode ser interpretada dentro do princípio do castigo, maior ou menor, como uma vingança social pelo ato social de destruição ou degradação de um bem que pertence às gerações presentes e futuras. No texto de Luiz Roberto Barroso in *"Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade"* ele dá bem a medida do que se quer chegar na interpretação da norma. **Cuida-se aqui de uma verificação da relação de custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos. Em palavras de Canotilho *"trata-se de pesar vantagens e desvantagens de um fim"*. A multa aplicada a quem causou dano ambiental deve ser encarada como uma penalidade educativa e indenizatória.**" (Grifos do Original)**

O primeiro pressuposto (o educativo) está, notoriamente, contemplado, visto que o posto ora autuado já adotou, antes mesmo da lavratura do auto de infração, as medidas de controle e reparação do *status quo ante* do meio ambiente.

Ora, se o posto adotou conduta positiva no sentido de adimplir com as obrigações legais, não há o que se educar, vale dizer, esse pressuposto da multa não se faz presente. O segundo, qual seja, o indenizatório também não ocorre, *in casu*, uma vez que não existe qualquer dano ambiental relevante a ser reparado. Ademais a lavratura antecipada de auto de infração fere o princípio constitucional da presunção de inocência.

Com efeito, mister se faz julgar insubsistente o auto de infração. Comprove-se, *mutatis mutandis*, a aplicação do princípio suso mencionado, *litteris*:

---

<sup>4</sup> VITTA, Heraldo Garcia. A sanção no Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2003. P. 65.

16

**"EMENTA: DIREITO PUBLICO NAO ESPECIFICADO - ACAO CIVIL PUBLICA - LEI N. 8429/92 - ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS POR EX-PREFEITO DO MUNICIPIO DE BOM RETIRO DO SUL - PROVA INEQUIVOCA - PROPORCIONALIDADE ENTRE OS ATOS E AS PENALIZACOES. O art. 37, par. 4, da CF-88, teve lei integradora que foi alem do razoável, ao dispor que "constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa. tos, abrandar seu rigor, amoldando-a ao espírito constitucional. aplicação do principio da proporcionalidade entre o ato, a extensão do dano por ele causado e o eventual proveito patrimonial auferido pelo agente. dever de reparar os prejuízos causados ao erário e pagar a multa civil mantido. absolvição quanto as penas de suspensão de direitos políticos e do direito de contratar com o poder publico cabível. apelação em parte provida." (APELAÇÃO CÍVEL Nº 599328069, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: DES. NELSON ANTÔNIO MONTEIRO PACHECO, JULGADO EM 05/08/99) (GN.)**

Não obstante todo o acima exposto, que demonstra insofismavelmente que não pode haver imputação de qualquer sanção ao empreendimento, há de se mencionar que o derramamento dos produtos foi decorrente de um acidente rodoviário, ocasionado por caso fortuito. Ou seja, o empreendimento não concorreu ou colaborou para o acontecimento do acidente, não podendo ser responsabilizado pelos efeitos do mesmo.

Com efeito, se o acidente ocorreu por motivos alheios à vontade e atuação do empreendimento, que não possui qualquer espécie de responsabilidade, não pode o mesmo ser sancionado pela ocorrência de alegado dano. **O que lhe era devido, o posto já efetivou, que era conter e evitar contaminação após o derramamento.**

**SOMENTE PARA FINS DE ARGUMENTAÇÃO, REQUER SEJA, EM CASO SE APLICAÇÃO DE PENA SEJA CONSIDERADA AS ATENUANTES ADOTADAS PELA EMPRESA, QUE LHE FAVORECEM, ALÉM DAS JÁ ANEXADAS A PRESENTE DEFESA.**



### III - Do PEDIDO

Assim, requer seja julgado insubsistente o auto de infração, haja vista a inexistência de dano ambiental, ou degradação, requerendo seja deferido todos os meios de prova em direito admitidos e conforme determina a legislação estadual, sob pena de nulidade. **Assim, deste já protesta pela prova pericial para atestar a não existência de qualquer dano/perigo ambiental decorrente do acidente ocorrido.** Em tempo, protesta pela juntada de procuração e contrato social da empresa.

Nestes Termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2006.

BERNARDO R. SOUTO  
OAB/MG 84.947

CLÁUDIA GAMA GONDIM  
OAB/MG 89.920

LIGIA MACEDO DE PAULA  
ESTAGIÁRIA ACADÊMICA